

Nossas teses reconhecidas

A crise vem operando milagres, abrindo os olhos de muita gente que diariamente fazia sua oração contrita, curvada em direção à Meca do Real. Algumas colunas de economia já ousam, mesmo timidamente, apontar os erros do governo. Nesta edição, queremos levar aos associados as ponderações preciosas feitas numa coluna política, a do jornalista Márcio Moreira Alves, de O Globo, a respeito do despropósito esposado pelo governo de entregar a Petrobrás, além do BB e da CEF, para atender a pressão do Fundo Monetário Internacional. Pela oportunidade do artigo de Márcio Moreira Alves, a direção da Aepet enviou-lhe carta de apoio e reproduz neste boletim o teor integral da coluna. A argumentação do jornalista é tudo que vimos defendendo, desde que se inaugurou no Brasil a política do desmanche e da destruição dos feitos econômicos dos brasileiros, para entregá-los, criminosamente, à ganância estrangeira. A manifestação do colunista comprova que nossa luta pode receber preciosos aliados e que a consciência nacional ainda não foi anestesiada.

A carta

“Senhor Jornalista:

Em nome da Associação dos Engenheiros da Petrobrás-AEPET, venho parabenizá-lo pelo artigo "A venda dos ativos", tema de sua coluna em O Globo, no último dia 7. Trata-se de considerações oportunas, que dizem respeito ao próprio futuro do Brasil, pois a Petrobrás, o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal expressam a própria idéia de soberania e desenvolvimento nacional.

Neste momento em que se volta a falar em privatização da Petrobrás, foi um grande serviço ao esclarecimento da opinião pública nacional sua lembrança da carta do presidente da República aos congressistas, quatro anos atrás, quando ele garantia que **era decisão do governo não permitir a privatização da Petrobrás**. Essa afirmação solene serviu para amaciar a consciência de muitos parlamentares e fez passar o projeto de quebra do monopólio estatal do petróleo. A Associação dos Engenheiros da Petrobrás vem denunciando, seguidamente, a intenção governamental de privatizar a Petrobrás.

Como pode ser diferente, quando, no próprio programa para o segundo mandato, o PFL inseriu a venda da Petrobrás como objetivo a ser alcançado? A defesa que dessa posição faz o senador Jorge Bornhausen, citado em sua coluna, confirma o propósito sinistro. O objetivo fica à mostra, quando o governo busca enfraquecer a Companhia e, sob alegação de reduzir gastos, obriga a Petrobrás a cortar de seu orçamento recursos destinados a investimentos, que representariam maior produção de petróleo; quando nega prioridade à Petrobrás na escolha de áreas a explorar; quando retira à Petrobrás áreas promissoras

escolhidas e a obriga a repassá-las às multinacionais. Desde 1973, a União não aporta um centavo sequer na Companhia; ao contrário, recebe regularmente os seus dividendos.

O mesmo ocorre quando, a propósito de preparar a venda de 31,62% das ações da União federal, o governo, através do BNDES, **obriga a Petrobrás a acolher na sede nada menos que seis empresas internacionais de consultoria dotadas de verdadeiro mandato de busca e apreensão**, pois as capacita a obter todos os detalhes da empresa e de suas atividades passadas e presentes e de todo o planejamento, inclusive os seus mais recônditos segredos industriais - aqueles que fazem a diferença e calçam as estratégias de qualquer empresa que pretenda obter sucesso num mundo ultracompetitivo como o do setor petrolífero. **A Petrobrás não pode recusar informações a essas consultoras, entre as quais se encontram algumas com notórias ligações com o cartel internacional do petróleo e com experiências em privatizações no setor em outros países.**

A crise destes dias, prevista há tanto tempo, confirma os equívocos de rumo produzidos pelo presidente da República, por sua equipe e pelas forças políticas que lhe sustentam tais posições. **A infelicidade maior é que não se trata apenas de erros de rumo de um projeto governamental qualquer, mas da insistência num conjunto de equívocos, e mesmo abusos, que comprometem o desenvolvimento da própria nacionalidade.** Impõem receita de regressão social, política e econômica.

Sua corajosa coluna sobre "A venda dos ativos" foi um raio de luz. Espero que sua atenção continue vigilante para levar à opinião pública esclarecimentos importantes, como os que se relacionem com a Petrobrás, vital para o desenvolvimento nacional e prova insofismável do poder realizador do povo brasileiro. Atenciosamente, **Sydney Reis**"

A coluna

Márcio Moreira Alves - O Globo - 07/02/99

"A venda dos ativos

Há quatro anos, parecia difícil que o Governo conseguisse do Congresso uma reforma constitucional quebrando o monopólio estatal do petróleo. A Constituição de 1988 fora extremamente nacionalista, a renovação da cúpula parlamentar fora pequena e a campanha O petróleo é nosso ainda reboava na memória política do país. No entanto, o projeto passou com substancial maioria. Razão: uma carta do presidente Fernando Henrique.

Os senadores Jader Barbalho, líder do PMDB, e Ronaldo Cunha Lima, relator do projeto, foram ao Planalto, em nome de seu partido e das preocupações nacionalistas de outros senadores. Tiveram uma conversa tranquilizadora.

A 8 de maio de 1995, o presidente Fernando Henrique, então no auge de seu prestígio, mandou ao presidente do Congresso, José Sarney, uma carta sobre o assunto. Dizia "Desejo reafirmar a V. Excelência o que foi exposto em discurso na Câmara pelo líder do Governo naquela Casa, deputado Luiz Carlos Santos. Proporei ao Congresso Nacional que: 1. - A Petrobras não seja passível de privatização; 2. - A União não contrate empresas para pesquisa e lavra em áreas que tenham produção já estabelecida pela Petrobras, áreas essas que permanecerão, observadas as normas do novo modelo, com a citada companhia estatal; 3. - Nas licitações para pesquisa e lavra, no caso de igualdade das propostas apresentadas, seja assegurado à Petrobras direito de preferência nas contratações.

"Esses pontos, como disse acima, já foram expostos pelo líder do Governo na Câmara. Em consideração ao Senado, estou pedindo ao líder Elcio Mvares que entregue a V. Excelência esta carta, para que a Casa tome diretamente conhecimento do pensamento do Governo".

A Petrobras é a terceira maior empresa da América Latina, menor somente que as estatais petrolíferas do México e da Venezuela, e uma das 50 maiores empresas do mundo. Sempre foi um objeto de desejo das sete irmãs do petróleo e dos especuladores no mercado financeiro internacional.

Apesar das garantias do presidente Fernando Henrique, os parlamentares tomaram a precaução de aprovar uma lei obrigando o Governo a manter em suas mãos a maioria das ações com direito a voto na empresa.

O Fundo Monetário Internacional pressiona o Governo brasileiro, dele agora dependente, a liquidar todos os seus ativos. O ativo mais importante é a Petrobras, mas incluem-se também na lista o Banco do Brasil, a Caixa Econômica e os demais bancos estatais. Não tarda, pressionará pela venda dos imóveis da União.

Armínio Fraga e os diretores que está escolhendo para o Banco Central são favoráveis a essas exigências e, em particular, à privatização da Petrobras. No passado, deram entrevistas neste sentido.

O senador Jorge Bornhausen, presidente do PFL, defende idêntica posição. Na última quarta-feira, convocou uma entrevista coletiva sobre a necessidade da reforma política e do aprofundamento da reforma da Previdência. Ao abordar esse assunto, disse considerar necessária a constituição de um fundo que assumisse os encargos com as aposentadorias e pensões dos servidores públicos, que representavam um déficit de perto de 18 bilhões por ano, antes da aprovação do aumento das contribuições dos servidores na ativa e do desconto para a Previdência de contribuições de inativos. Esse fundo teria como financiamento inicial o resultado da venda dos ativos estatais restantes, inclusive a Petrobras.

Anteriormente, Bornhausen propôs o desdobramento da empresa, com a venda imediata da BR Distribuidora, que funciona como provedor de liquidez para a matriz.

A venda da Petrobras precisa ser aprovada pelo Congresso. Caso venha a ser proposta, encontrará sérias resistências nos partidos governistas. O senador Ronaldo Cunha Lima, PMDB-PB, declara: - O parecer que assinei, favorável à quebra do monopólio estatal do petróleo, não foi só meu. Foi de toda a bancada do partido. Logo após o carnaval pretendo recolocar a questão aos senadores, manifestando a minha irreduzível oposição à privatização da Petrobras.

Parlamentares do PPB, do PSDB e do PFL têm a mesma posição. O senador Jarbas Barbalho diz: - Levarei todo o PMDB para a oposição a esta pretensão internacional. E também defenderei o Banco do Brasil, que é o principal responsável pelo crédito à agricultura, e a Caixa Econômica, que é quem financia os programas de casa própria para as populações de baixa renda. Como pode o Governo federal abrir mão de instrumentos tão fundamentais para a implementação de políticas públicas?

O argumento de que as privatizações eram imprescindíveis à redução da dívida interna e do déficit público foi desmoralizado na prática. Até o líder do PSDB na Câmara, deputado Aécio Neves, cobra resultados e se declara contrário a novos impostos ou cortes."



Associação dos Engenheiros da Petrobrás

Av. Nilo Peçanha, 50 - grupo 2409 Centro - Rio de Janeiro - RJ cep: 20044-900

Tel: (021) 533-1110 Fax: (021) 533-2134 e-mail: aepet2@ax.apc.org.br

Editado pela Assessoria de Comunicação Social